REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 37, ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X
DOI 10.5418/ra2022.v18i37.16618

TENEBROSAS TRANSAÇÕES: A RELAÇÃO ORGÂNICA ENTRE TERRITÓRIO E ACUMULAÇÃO SOB O PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL

OBSCURE TRANSACTIONS: THE ORGANIC RELATIONSHIP BETWEEN TERRITORY AND ACCUMULATION UNDER THE EXPORTER STANDARD OFPRODUCTIVE SPECIALIZATION IN BRAZIL

TENEBROSAS TRANSACCIONES: LA RELACIÓN ORGÁNICA ENTRE TERRITORIO Y ACUMULACIÓN BAJOEL MODELO EXPORTADOR DE ESPECIALIZACIÓN PRODUCTIVA EN BRASIL

Gustavo Iorio
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
iorio.gus@gmail.com

Tádzio Peters Coelho
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
tadzio@ufv.br

Resumo:

O setor mineral ganhou centralidade no padrão de reprodução estabelecido no Brasil, neste século. Ao fazê-lo, o setor não só incrementou a produção nas regiões tradicionalmente mineradas, como dilatou seu horizonte geográfico de operação pelas novas fronteiras da mineração. O padrão exportador de especialização produtiva alargou o horizonte geográfico de atuação do setor mineral para além das áreas tradicionalmente mineradas. Essa expansão através de novas fronteiras da mineração fez da incorporação exponencial de novos territórios um dos elementos críticos do problema mineral brasileiro. As principais características desse padrão são duas já destacadas no nome atribuído: i) é um padrão marcado pela subordinação ao mercado externo; ii) setores específicos (via de regra ligado a commodities) funcionam como eixo estruturador da reprodução do capital. Tal dispersão geográfica fez eclodir a luta pelos Territórios Livres de Mineração (TLM). Neste texto, procuramos desenvolver uma abordagem materialista dos TLM, enquanto estratégia de resistência ao capital mineral.

Palavras-chave: Território Livre de Mineração; Fronteira Mineral; Padrão de Reprodução do Capital; Especialização produtiva.

Abstract

The mineral sector was central to the reproduction model established in Brazil during this century. In doing so, the sector not only increased production in the traditionally mined regions, but expanded its geographical horizon of operation by the new frontiers of mining. The exporting pattern of productive specialization extended the geographical horizon of the mineral sector beyond the traditionally mined areas. This expansion across new frontiers of mining has made the exponential incorporation of new territories one of the critical elements of the Brazilian mineral problem. The main characteristics of this pattern are two already highlighted in the assigned name: i) is a pattern marked by subordination to the external market; ii) specific sectors (as a rule linked to commodities) function as the structuring axis of capital reproduction. This geographical dispersion sparked the fight for the Free Mining Territories (FMT). In this text, we seek to develop a materialistic approach to TLM as a strategy of resistance to mineral capital.

Keywords: Mining-Free Territory; Mineral Frontier; Capital Reproduction Pattern; Productive Specialization.

Resumen

El sector minero ganó centralidad en el patrón de reproducción establecido en Brasil en este siglo. Al hacerlo, el sector no solo incrementó la producción en las regiones tradicionalmente mineradas, sino que amplió su horizonte geográfico de acción hacia las nuevas fronteras de la minería. El patrón exportador de especialización productiva extiende el horizonte geográfico de actividad del sector minero a áreas tradicionalmente no explotadas. Esta expansión hacia nuevas fronteras de la minería llevó a la incorporación exponencial de nuevos territorios, uno de los problemas críticos del problema mineral brasileño. Las principales características de este patrón se destacan ya en el nombre que se le da: i) es un patrón marcado por la subordinación al mercado exterior; ii) sectores específicos (principalmente ligado a las commodities) funcionan como eje estructurador de la reproducción del capital. Tal dispersión geográfica provocó que se desatase la lucha por Territorios Libres de Minería (TLM). En este texto, buscamos desarrollar un enfoque materialista de TLM como una estrategia para resistir el capital mineral.

Palabras clave: Territorios Libres de Minería; Frontera de la minería; Patrón de reproducción del capital; Especialización productiva.

Introdução

Este texto foi escrito no ano de 2022, no Brasil, às vésperas de um processo eleitoral dos mais delicados e importantes já vistos até aqui. Nos últimos anos, testemunhamos a escalada exponencial de uma crise em vários capítulos que não vem dando sinais de esgotamento. Muito pelo contrário, o que se vê é uma verdadeira guerra de todos contra todos (PINTO, et al. 2017).

O horizonte dessa crise não é nada alvissareiro, já que não estamos falando de simples fenômenos de superfície, desarranjo circunstancial entre setores sociais. Mais do que isso, presenciamos o acirramento das contradições no seio do padrão exportador de especialização produtiva (OSORIO, 2012b), que ganhou contornos mais sólidos no primeiro quartel deste século XXI.

Um dos pilares desse padrão foi o setor mineral, que sofreu mudanças quantitativas, dado o incremento no volume da produção e dos valores comercializados, e qualitativas, já que a própria natureza da organização do setor foi transformada. Configurou-se aí uma nova fase do *problema mineral brasileiro* (TROCATE; COELHO, 2020; TROCATE; ALVES, 2020).

O padrão exportador de especialização produtiva alargou o horizonte geográfico de atuação do setor mineral para além das áreas tradicionalmente mineradas. Essa expansão, através de novas fronteiras da mineração, fez da incorporação exponencial de novos territórios um dos elementos críticos do problema mineral brasileiro. Esse é o assunto abordado na seção subsequente deste texto.

Na seção 3, analisamos a expansão econômica e territorial da mineração, gerando novos processos minerários praticamente por todo o território nacional. Com o crescimento dos preços, o setor se expande e busca novas áreas de extração, sendo a expansão geográfica uma forma encontrada pelo capital para se reproduzir. Na seção 4, buscamos entender como a incorporação de novos territórios promove uma desorganização produtiva dos lugares, que passam a ser incorporados em uma trama transescalar de acumulação e pelas relações de poder da minério-dependência (COELHO, 2018). O ciclo de reprodução do capital dependente se aprofunda, e os territórios tomados pela minério-dependência são subjugados pelo capital produtivo e, principalmente, pelo capital portador de juros, que determina o quê, como, onde e o porquê da produção.

Na seção final do artigo, apresentamos como a expansão territorial das atividades minerárias, em todo o seu complexo, difunde também conflitos inerentes ao setor, dada sua natureza extremamente agressiva e impactante. Desses conflitos, a partir dos sujeitos envolvidos, emerge a pauta dos Territórios Livres de Mineração (TLM), algo que consideramos uma estratégia imprescindível de resistência àquilo que o problema mineral brasileiro representa. É sobre o necessário avanço em torno de TLM que dedicamos a terceira seção deste texto, antes de avançarmos sobre algumas considerações finais.

O Padrão exportador de especialização produtiva

Sob o modo de produção capitalista, as mercadorias são produzidas não pelas necessidades que podem atender, mas pela faculdade de criar mais riqueza. Produz-se não pelos valores de uso, mas pelo mais-valor que se gera. Conforme Marx (2013):

> O produto – a propriedade do capitalista – é um valor de uso, como o fio, as botas etc. Mas apesar de as botas, por exemplo, constituírem, de certo modo, a base do progresso social e nosso capitalista ser um "progressista" convicto, ele não as fabrica por elas mesmas. Na produção de mercadorias, o valor de uso não é, de modo algum, a coisa qu'on aime pour lui-même [que se ama por ela mesma]. Aqui, os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca. E, para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiramente, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor. (p.263)

No entanto, quando tomamos o mesmo processo sob uma perspectiva menos abstrata, vê-se que os tipos de valores de uso produzidos importam sim para o processo de acumulação, se visto desde a perspectiva dos ramos particulares do capital, já que setores distintos se apropriam desproporcionalmente dos lucros socialmente gerados, a partir da composição orgânica do capital[1]. Dessa maneira, setores menos produtivos (menor composição orgânica) transferem valor para os setores mais produtivos (maior composição orgânica) (MARX, 2017). Portanto, quando considerado o lucro apropriado, é imprescindível que tenhamos em conta os setores produtivos distintos.

É aqui que ganha relevância a categoria padrão de reprodução do capital, inspirada em Ruy Mauro Marini (2012) e desenvolvida por Jaime Osório (2012a). Segundo Osório (2012a):

> A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas de produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que esses processos geram. (p.40-41)

A investigação sobre os padrões de reprodução possibilita identificar ao mesmo tempo, em um nível de abstração intermediário, as condições de reprodução e a circulação do capital. A reprodução[2] diz respeito às formas pelas quais o próprio capital produz as condições necessárias para o processo de produção subsequente, ou seja, como produz e aloca seus meios de produção. Já a circulação é o processo que o capital percorre, nas suas variadas formas, para se valorizar. É aqui que se vê quais tipos de forças produtivas aciona, quais valores de uso produz e sobre quais circunstâncias (OSÓRIO, 2012a).

Sem aprofundar nos fundamentos teóricos da categoria, importa destacar aquilo que ela nos ajuda a elucidar. No processo de acumulação capitalista, parte do mais-valor é empregado no próximo ciclo produtivo com o fim de dar continuidade e aumentar a produção e o mais-valor. É o que Marx (2013) chama de reprodução ampliada do capital. Como essa reprodução se dará é exatamente o que define o padrão de reprodução. O capital acumulado precisa se expandir no novo ciclo, incrementar o mais-valor. A questão é: como o fazer? Investe-se em outros setores, mais produtivos, ou aumenta o volume de investimentos no mesmo setor? Caso se mantenha no mesmo setor, expande-se o processo produtivo em si, sobre a mesma base técnica, ou, ao contrário, eleva-se a produtividade investindo em capital constante sobre o variável?

No que tange à circulação, o padrão de reprodução interroga sobre a origem do dinheiro (é capital próprio ou não?), a base tecnológica (é ou não acessível?), e sob quais circunstâncias. O mercado para a metamorfose M'-D'[3] é interno ou não? Depende da capacidade de consumo da classe trabalhadora nacional ou não? (MARINI, 2012).

Esse conjunto de questões nos mune de elementos para entender como as classes e frações de classes se acomodam em um modelo de desenvolvimento capitalista em articulação com o mercado mundial e a divisão internacional do trabalho. Mais do que elementos descritivos, temos no padrão de reprodução do capital uma categoria de análise que elucida a dinâmica da acumulação capitalista em um tempo e espaço particular. No nosso entendimento, essa articulação entre níveis concretos e abstratos é a principal vantagem dessa noção em relação a outras, como neoextrativismo[4].

Jaime Osório (2012b) chamou de padrão exportador de especialização produtiva aquilo que se começou a formar na América Latina desde o último quartel do século XX e que, a nosso ver, atingiu seu auge nas duas primeiras décadas deste século. Esse padrão emergiu em substituição ao padrão industrial que prevaleceu na região de 1940 a 1980. Segundo o autor:

> Em todas as economias [latino-americanas], o novo padrão pressupôs o fim da industrialização como projeto de maior autonomia, permanecendo em alguns casos uma parcela industrial relevante, particularmente nas economias de maior complexidade, como Brasil e México, porém integradas ou subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador, no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais. (p.106)

As principais características desse padrão são duas já destacadas no nome atribuído: i) é um padrão marcado pela subordinação ao mercado externo; ii) setores específicos (via de regra ligado a *commodities*) funcionam como eixo estruturador da reprodução do capital. Esses aspectos são importantes para que compreendamos a expansão geográfica do setor minerário e entender como ela é resultado de uma opção de reproduzir o capital neste período histórico no Brasil.

Mineração para todo lado

O padrão exportador de especialização produtiva fez dilatar o horizonte geográfico do setor mineral no Brasil para além das áreas tradicionalmente mineradas. Conforme descrito por Trocate e Coelho (2020):

> Seguindo os passos da rede global de produção mineral, da 'máquina do mundo' e sua fome crescente por minerais, nasceu o incentivo para a extração nos mais diversos países, regiões e territórios. Consequentemente, a instalação ou expansão de muitos empreendimentos minerários ganhou viabilidade econômica. Resumindo, a alta dos preços justifica a instalação de minas e sua infraestrutura conexa em locais onde não era viável com o nível dos preços anterior. O mesmo processo justifica a expansão de empreendimentos que já se encontravam em funcionamento ou paralisados. A expansão econômica da mineração é acompanhada por expansão territorial da atividade, assim como da infraestrutura necessária para o tratamento, beneficiamento, refino e transporte dos minérios (p.50)

A expansão econômica da mineração é visível na Figura 1, onde se vê o território nacional atravessado por novos processos minerários que pululam em praticamente todos os seus quadrantes. Aparentemente, o processo é bastante óbvio, com o crescimento dos preços, o setor se expande e busca novas áreas de extração. No entanto, se visto de maneira mais detida, percebemos que há várias mediações entre um processo e outro. A expansão geográfica é uma forma encontrada pelo capital para se reproduzir, mas outras formas seriam possíveis, como o investimento em cadeias produtivas e em mercadorias mais industrializadas, ao invés de matérias-primas. Contudo, isso não ocorre em razão da natureza dependente do capitalismo latino-americano, que marca de maneira indelével o padrão exportador de especialização produtiva.

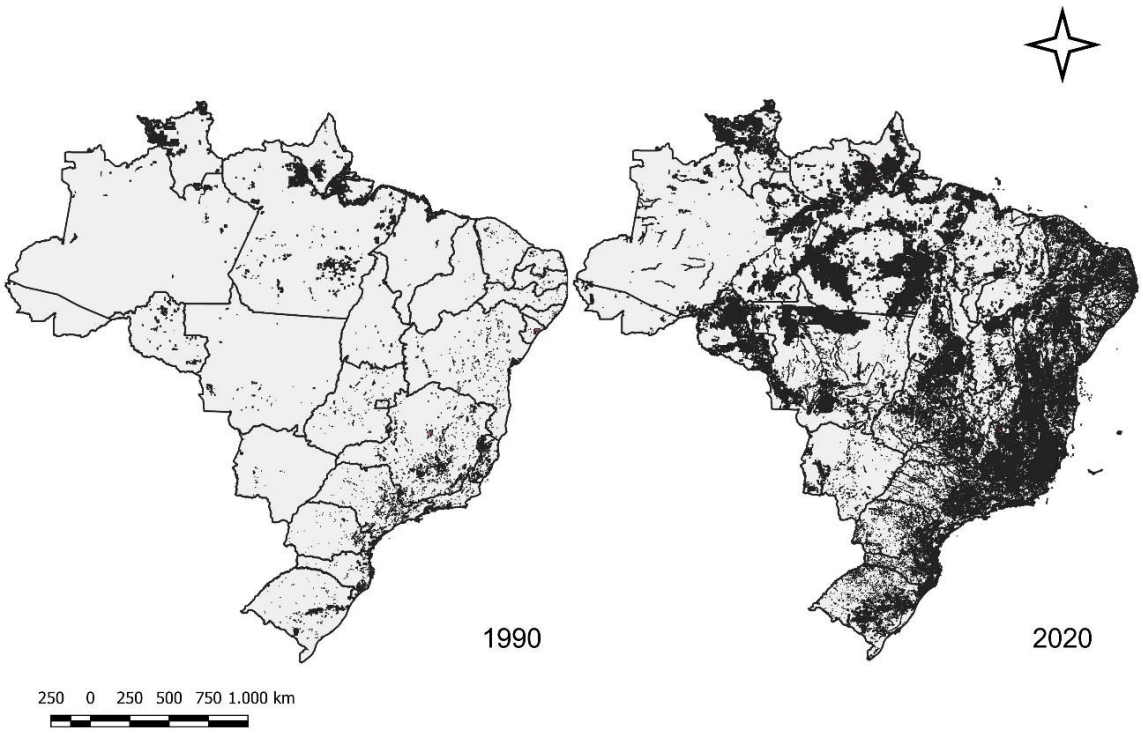

Figura 1: Processos Minerários no Brasil (1990-2020). Fonte: IBGE, SIGMine. Organizado pelos autores.

Como nos ensina Marini (2005, 2017), o desenvolvimento das forças produtivas não substituiu o caráter dependente do capitalismo brasileiro, ao contrário, o reforçou. Assim é dado o seu processo histórico, em particular a sua integração ao mercado mundial[5]. De tal sorte que a economia capitalista no Brasil serve para o incremento do mais-valor relativo nas economias centrais. Isso fundamentalmente por duas razões: i) incrementando a oferta mundial de alimentos e diminuindo seu valor; ii) rebaixando o valor das matérias-primas industriais.

Dada a natureza contraditória da acumulação em geral (elevar a composição orgânica e com isso decrescer a taxa de lucro) (MARX, 2017), os países mais industrializados dependem do aumento da produtividade das matérias primas industriais para rebaixar os preços do capital constante como umadas formas de contra-arrestar a taxa decrescente do lucro[6]. Conforme Marini:

> […] é mediante aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, que a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão. (2005. p. 148)

Essa forma de integração voltada para o mercado externo provoca uma cisão entre a produção e a realização, o que favorece o rebaixamento do preço da força de trabalho para aquém de seu valor de reprodução (MARINI, 2012). Ainda segundo Marini, esse rebaixamento seria beneficiado pela ampla oferta de trabalhadores/as "livres", fato garantido pela perpetuação da estrutura agrária concentrada. Os capitais internos transfeririam valor para os capitais internacionais, mais produtivos (taxa de composição orgânica mais favorável) (AMARAL; CARCANHOLO, 2012), e a superexploração do trabalho seria o traço que faz compensar essas perdas.

Tal característica é fundamental para entender a reprodução ampliada do capital nos países dependentes. Aqui, o móvel da acumulação é a perpetuação do preço da força de trabalho abaixo de seu valor. Esse mecanismo garante a lucratividade do capital, independentemente dos ganhos de produtividade, tão determinantes no capital dos países centrais. Essa independência desobriga os capitais dos países dependentes a acompanhar a elevação social da produtividade[7]. Uma vez desobrigados, a acumulação se dá, prioritariamente, pela expansão bruta da produção.

Considerando o padrão exportador de especialização produtiva, fortemente ancorado na produção de *commodities*, temos que a ampliação bruta da produção, dada pelo caráter dependente, é também uma ampliação geográfica da produção. Os novos investimentos (mais-valor convertido em capital e recolocado no processo produtivo) se orientam prioritariamente para novas fronteiras de expansão ao invés da busca por setores mais produtivos, por exemplo. É assim que a acumulação ganha um vínculo orgânico com a expansão geográfica. Para se valorizar, o valor depende necessariamente da apropriação/expropriação de novos territórios (FRANK, 1973).

Essa característica é especialmente importante no setor da mineração que, por natureza, depende da disponibilidade de minério de interesse econômico e requer uma grande infraestrutura física no processamento como um todo; além das minas em si, têm-se: pilhas de estéril, barragens de rejeitos, minerodutos, ferrovias, portos, adutores de água, plantas de beneficiamento, entre outros. A expansão do setor implica necessariamente na instalação de todos esses equipamentos, exponencializando a relação entre acumulação e incorporação de novos territórios.

Para Andre Gunder Frank, aproveitando o conceito de excedente econômico potencial de Paul Baran (1986), a menor parte do excedente é poupada ou reinvestida na estrutura subdesenvolvida, tratando-se do excedente real; e a maior parte não é realizada nas economias dependentes ou é direcionada às importações no consumo suntuoso, isto é, excedente potencial (FRANK, 1973, p. 18). A contradição: expropriação do excedente e sua consequente apropriação estão em todo e qualquer desenvolvimento na periferia do capitalismo. São dois momentos, o da expropriação do valor, que pode ser entendida também enquanto mais-valia, e o da apropriação do valor. Por meio da contradição metrópole-satélite, a metrópole expropria o excedente dos satélites e o apropria utilizando-o para seu próprio desenvolvimento econômico (FRANK, 1973, p. 20).

A mineração se tornou um setor chave no seio do padrão exportador de especialização produtiva,

definido enquanto estratégia de inserção no mercado mundial pela articulação das classes e frações de classe nacionalmente organizadas. Assim sendo, o setor se expandiu geograficamente através de novas fronteiras minerais, proliferando um saldo de conflitos e pilhagem dos lugares.

Expropriações: o saldo do padrão exportador de especialização produtiva

A incorporação de novos territórios promove uma desorganização produtiva dos lugares, que passam a ser incorporados em uma trama transescalar de acumulação. Ao fazê-lo, esses lugares se alienam, conforme nos diz Milton Santos (2011):

> Todas essas vantagens comparativas que exaltam os índices econômicos obtidos devem, pois, ser contrastadas com o fato de a coerência e, às vezes, o brilho das atividades locais constituírem uma coerência subordinada, dependente de entidades estranhas à área e cujo processo obedece a mandamentos que não tem inspiração local nem preocupação com os destinos locais (exceto naquilo que correspondem ao seu interesse privatista e imediato), de modo que o processo de crescimento realizado no lugar pode ser definido como um processo alienado, o que autoriza a considerar tais atividades como especializações não apenas alienígenas, por sua origem mas alienadas, pelo seu desenvolvimento e destino. Nesse caso, não se trata de uma exteriorização ou abertura - como parece de moda atualmente –, mas de verdadeira alienação. Na realidade, é de um conjunto de alienações que se trata, cada qual atraindo e alimentando outra. (p. 300-301)

Essa alienação do lugar, tal qual a alienação de que nos fala Marx, é o estranhamento que os sujeitos territorializados no lugar passam a ter em relação ao sentido do seu viver social. O trabalho capitalista alienado é aquele em que o seu sentido é estranho ao sujeito que o realiza[8]. Igualmente, um lugar alienado é aquele em que a organização da produção e reprodução social escapa dos sujeitos locais. Com a expansão do capitalismo, do predomínio do trabalho abstrato produtor de valor, os lugares tornam-se expropriados e é exatamente essa expropriação que se converte em móvel da acumulação no padrão de reprodução de especialização produtiva.

Esse fenômeno foi bem percebido por Harvey (2009), que recupera a ideia da "assim chamada acumulação primitiva" de Marx (2013). Segundo Marx, a massa de trabalhadores livres, disponíveis para o mercado de trabalho assalariado, teria sido produto da paulatina mercantilização da terra na Inglaterra, entre os séculos XV e XVII, quando as terras passaram do domínio comum ao formato de propriedade privada. Nesse processo, camponeses foram despossados de seus meios de produção, as lavouras

de subsistência convertidas em pastos para criação de ovelhas, para produção de tecidos, cujo preço vinha subindo. Longe de ser pacífico, esse movimento foi praticado com imensa violência: "*a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.* " (Ibid. p.787).

A dupla conversão – terra em propriedade privada mercantil por um lado e camponeses em trabalhadores livres de outro – gerou as condições sociais necessárias para o estabelecimento do capitalismo tal qual o conhecemos. Nas palavras do próprio Marx (2013):

> A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé,ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior.O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como 'primitiva' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. " (Ibid. p. 786)

A acumulação primitiva é, como diz Marx, a expropriação dos trabalhadores e trabalhadoras de seus meios de produção, gerando com isso mão de obra "livre" e terras para a produção capitalista. Segundo Harvey (2009), dada a evolução histórica do capitalismo, a acumulação primitiva demonstrou ser uma forma perene de acumulação, e não um mero momento originário. Por seu caráter constante, essa forma de acumulação melhor seria representada pela designação de acumulação por espoliação. Nas palavras do autor:

> O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significa tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital. (p.124)

Está dado em Harvey a premissa de que, forçosamente, o capitalismo precisa de uma externalidade que lhe esteja disponível para dar escoamento aos capitais superacumulados, evitando (ou protelando *ad aeternum*) a crise estrutural. Por essa lógica, o autor entende que a acumulação por espoliação é uma forma externa, mas complementar à acumulação através da reprodução ampliada do capital.

No entanto, para Virgínia Fontes (2010), essa distinção entre duas formas distintas de acumulação não seria a que melhor explicaria o fenômeno representado. A interpretação de Harvey peca, segundo Fontes, por conceber as espoliações do capitalismo atual como um expediente alheio, ainda que complementar, à acumulação. Perde-se o entendimento do caráter intrinsecamente violento e expropriador do próprio processo de extração do mais-valor. Para a historiadora brasileira, diferentemente do que diz o geógrafo britânico, o espólio não é uma forma outra de acumulação do capital, mas sim parte constitutiva desse processo normal de acumulação. Isso quer dizer que, para que a reprodução ampliada ocorra não apenas se necessita de condições sociais, criadas a partir do que Harvey vai chamar de espoliação, como a extração do mais-valor, em si mesma, é criadora dessas mesmas condições de espoliação. Ainda que Harvey reconheça que o capitalismo é capaz em si mesmo de produzir situações de espólio, ele atribui essa capacidade ao uso de expedientes não tipicamente capitalistas, o que é um engano, segundo Fontes:

> Tal argumento [da aceitação de que há um 'lado de fora' capitalismo] dificulta, porém, compreender como a dinâmica *interna* da expansão capitalista promove e exacerba as próprias condições sociais que estão na sua base, seja através da incorporação subalternizada de outros setores da produção, de outras regiões ou países, modificando e subordinando as relações que ali encontrou, seja pela sua expansão direta, como, por exemplo, através de industrializações de novas áreas. " (2010, p. 71)

Inclusive, novas formas de expropriação são criadas a partir dessa relação intrínseca com a reprodução ampliada, ao que Fontes chamou de expropriações secundárias. Formas que intensificam o grau de exploração e apropriação de trabalho por parte do capital; como privatizações dos sistemas públicos de segurança social, reformas da previdência, abrandamento das garantias trabalhistas, mercantilização de bens naturais, rupturas ambientais que provocam escassez (de água, p.ex.) etc. Dentre essas, a mais intensa no atual estágio do capitalismo, ainda segundo Virgínia Fontes, está o capital portador de juros (MARX, 2017). Segundo a autora, o capital portador de juros intensifica a necessidade de extração do mais-valor. O lucro gerado no processo produtivo passa a ser repartido entre os donos dos meios de produção, responsáveis pela exploração imediata do trabalho, e os donos da mercadoria capital, o capital portador de juros. Essa dupla apropriação do mesmo mais-valor faz com se intensifique os mecanismos de sua produção. É válido recuperar uma passagem de Altvater (2010):

> Os investidores exigem retornos do capital investido, que possam concorrer com os rendimentos mais elevados pagos em qualquer recanto da Terra. A concorrência global força-os a tanto. A esfera financeira ou a acumulação monetária são desacopladas da economia real. Em última instância, as exigências financeiras devem ser atendidas a partir da produção real, o que conduz periodicamente a exigências tão excessivas que crises financeiras se tornam inevitáveis, mesmo com a pressão política mais brutal. (p. 113)

Ao dizer que a esfera financeira está desacoplada da economia real, o autor não faz coro com a ideia segundo a qual o capital financeiro, por alguma razão, estaria dotado da faculdade de valorizar-se a si próprio, o que ele esclarece enfaticamente alguns parágrafos anteriores ao excerto acima. Elmar Altvater corrobora a tese de Virgínia Fontes, de que o capital portador de juros intensifica a exploração do mais-valor ao limite do possível, o que, definitivamente, cria uma série de dificuldades aos capitais produtivos.

Ao enquadrarmos esses apontamentos à luz do que já foi dito a respeito do padrão exportador de especialização produtiva, temos que a principal estratégia do capital aqui empregado só pode ser duas: i) intensificar o ritmo de ampliação da produção, buscando incessantemente novas áreas, incorporando progressivamente lugares com condições inferiores (menor teor de pureza dos minérios, áreas sem infraestrutura de transporte, p.ex.); e ii) intensificar ainda mais a superexploração do trabalho. O ciclo de reprodução do capital dependente se aprofunda, quantitativa e qualitativamente. Os lugares se tornam mais e mais subordinados, tomados pela minério-dependência (COELHO, 2020, subjugados não só ao escrutínio do capital produtivo como principalmente do capital portador de juros, que determina o quê, como, onde e porquê da produção. Não é demais lembrar que todo esse ciclo é movido por uma só razão:

> A produção capitalista (e a apropriação da natureza) é acompanhada não pela satisfação das necessidades em geral, mas pela satisfação de uma necessidade em particular: lucro. Na busca do lucro, o capital corre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e partir dessa etiqueta de preço é que se determina o destino da natureza. (SMITH, 1984. p. 94)

Em estudos recentes acerca dos efeitos da mineração em economias locais e regionais (COELHO, 2018; COELHO, 2023), percebeu-se que o desenvolvimento desse tipo de atividade mineradora em distintos municípios (Brumadinho-MG, Mariana-MG e Godofredo Viana-MA) se fez em detrimento de outras atividades econômicas, reforçando ou criando a condição de minério-dependência. Nesses municípios, o avanço da mineração de larga escala prejudicou diferentes atividades econômicas, como a agricultura e a pesca, substituindo ou concentrando a estrutura produtiva local em torno da mineração. Caracterizada como conjunto de relações de poder transescalares que centraliza as demandas de empresas mineradoras por meio de um bloco no poder – que comporta fissuras, conflitos e disputas – constituído junto a agentes financeiros (mercados, acionistas e fundos de investimento), burguesias (local, nacional e transnacional) e setores do Estado (COELHO, 2018); composta por relações econômicas, políticas e culturais, a minério-dependência pode ser criada ou intensificada com a instalação ou expansão dos projetos minerários.

Considerações finais: disputas territoriais enquanto luta contra o padrão de reprodução do capital

O padrão exportador de especialização produtiva, dada as características até aqui apresentadas, é sequioso por espaço. Da incorporação de novos lugares à continuidade do processo de reprodução ampliada do capital. Isso coloca o território no centro do processo de acumulação, representando um desafio tanto teórico quanto político. Um exemplo importante vem do próprio debate mineral. Certa vez, em um fórum de debate, Maria Júlia, da direção nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), chamou a atenção para a mudança do perfil das lutas sociais no setor. Segundo ela, grandes greves como a dos trabalhadores e trabalhadoras da (então) Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), na cidade de Itabira em 1989, se tornaram menos frequentes, enquanto os conflitos pelo território em si se avolumaram. Essa visão é corroborada por Trocate e Coelho (2020) quando, ao analisar o avanço dos conflitos em torno do problema mineral brasileiro, disseram:

> Organizações populares como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foram levados à temática mineral pelas transformações concretas nos territórios e pelo espraiamento de barragens. Porém, há outros que nasceram especificamente por conta das contradições criadas pela expansão mineradora, como, por exemplo, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM); surgido no contexto regional amazônico da principal mina brasileira, a de Carajás, o MAM se propõe a pensar outras formas de organizar a atividade mineradora para que ela se paute primordialmente e seja definida de acordo com os interesses da soberania popular. (p. 69)

E, mais adiante, sobre o papel dos sindicatos, dizem:

> Em contrapartida, os sindicatos dos trabalhadores da mineração se mantiveram num campo de luta mais restrito, geralmente ligado a importantes demandas econômicas da categoria como melhores salários e a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), mas que é bastante restrita, considerando a complexidade dos temas referentes à atividade mineradora. Para além de demandas pontuais, podemos citar a Ação Sindical Mineral e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) como organizações que vêm buscando mobilizar os trabalhadores da mineração. (p.70)

À primeira vista, a partir dessa detecção, não seria difícil concluir que a lógica da acumulação por espoliação através da incorporação territorial teria prevalecido sobre a lógica da acumulação via

reprodução ampliada, já que as lutas em torno da mineração não têm se pautado predominantemente pelo tradicional conflito capital *x* trabalho, e sim na luta pelas apropriações/expropriações territoriais. No entanto, tal conclusão seria enganosa. Conforme desenvolvemos na seção anterior, não é possível entender as expropriações contemporâneas como um expediente de fora da reprodução ampliada do capital. Ao contrário, só se pode entendê-las a partir da conexão entre expropriação e acumulação. E a conexão, assim já o vimos, está no fato de que no atual padrão de reprodução instalado no Brasil, acumulação é sinônimo de incorporação de novos lugares. Lutar contra a dilatação do horizonte geográfico do setor mineral – e todas as consequências danosas a ele relacionadas – é lutar contra os mecanismos de reprodução do capital no nosso contexto. A luta contra o avanço da fronteira mineral representa uma resistência ao padrão de reprodução do capital adotado.

Dessa constatação, emerge a luta pelos Territórios Livres de Mineração (TLM), em curso no Brasil hoje a partir de uma série de esforços locais articulados por meio de redes e movimentos sociais[9]. Os TLM são o reconhecimento do direito que os sujeitos têm sobre seus territórios, conforme Malerba; Wanderley; Coelho (2022):

> Defendem [os TLM], para isso, o direito dos povos a dizer não e a participar das definições sobre seus territórios. Além disso, propõem mecanismos democráticos para se definir onde minerar, quais recursos minerais devem ser extraídos, quais as formas social e ambientalmente mais seguras e justas de fazê-lo, e para que finalidade destiná-lo. (p.9)
>
> …
>
> Portanto, instituir e propor territórios livres de mineração representa negar o modelo mineral vigente. É romper com o mito da "vocação mineral", que impõe a todos os lugares onde existem minérios a obrigação de serem minerados; e opor-se à expansão desenfreada por mais extração, novas minas, novas infraestruturas e superexploração de lavras antigas. Significa defender um modelo de reparação justo aos atingidos de hoje e, ao mesmo tempo, construir uma transição justa para um mundo com menos mineração e não subordinado aos interesses das mineradoras (p. 9)

Os TLM podem representar efetivamente uma resistência política ao padrão exportador de especialização produtiva, já que esse, conforme foi visto, demanda constante incorporação de novos lugares enquanto característica intrínseca de sua dinâmica de acumulação. Ao estabelecer contenções ao avanço da fronteira mineral, os TLM se convertem em óbice à reprodução ampliada do capital dependente. Não pretendemos com isso afirmar que os conflitos territoriais localizados bastam em si mesmos enquanto resistência à sanha capitalista. Aqui se faz necessário reconhecer a complexidade escalar na qual o capitalismo está estruturado.

A estruturação escalar do capital se apresenta de maneira 'fetichizada'. A forma através da qual

as escalas são produzidas e coordenadas são estranhas aos sujeitos sociais, e categorias como global ou lugar não passam de conceitos abstratos e de sentido vago para aqueles e aquelas que vivem, trabalham e produzem o espaço. Conforme Lefebvre:

> A tendência ideologicamente dominante divide o espaço em partes e parcelas de acordo com a divisão social do trabalho. Representam-se as forças que ocupam o espaço considerando-o como um receptáculo passivo. Ao invés de descobrir as relações sociais (inclusive as relações de classe) implicadas nos espaços, ao invés de concentrar a atenção na produção do espaço e em suas relações sociais inerentes a esta produção […] caímos na armadilha de tratar o espaço como espaço 'em si' e como tal. Começamos a pensar em termos de espacialidade deslizando-nos pela fetichização do espaço, do mesmo modo que antes se caiu na armadilha da troca, da fetichização da mercadoria e da 'coisa' considerada e apreendida isoladamente, quer dizer, como coisa em si". (LEFEBVRE, 2013. p.145) [Tradução Livre][10]

O caráter 'fetichizado' com o qual o espaço nos é apresentado se converte em um verdadeiro entrave à luta política, pois leva a crer que toda a sorte de determinações sociais escapa da geografia concreta, do tempo-espaço da reprodução social; atribuindo a uma escala só, a global (que, a bem da verdade, não passa de uma abstração), todo o poder performativo. Para Swyngedouw (2004. p 28) "esta imaginação monolítica, por sua vez, achata o espectro político e torna difícil a articulação política das posições alternativas, senão impossível. [Tradução Livre]"[11]

No entanto, vale o chamado de Harvey (2013): "Embora sempre pareça que o poder está no topo dessas estruturas hierárquicas, é sempre a produção em locais particulares a fonte fundamental desse poder. " (p. 534). Portanto, a luta pelos TLM é uma estratégia política de contestação ao capital em sua forma específica do aqui e do agora e que, se não se basta em si mesma, é indispensável para a superação do atual padrão de reprodução do capital instaurado no Brasil.

Referências bibliográficas

ALTVATER, E. *O fim do capitalismo como o conhecemos*: uma crítica radical do capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

AMARAL, M.S.; CARCANHOLO, M.D. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In.: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J. LUCE, M. (org.). *Padrão de reprodução do capital*: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 87-102.

BARAN, P.; SWEEZY, P. *Capitalismo Monopolista*: Ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BONENTE, B.I.; CORRÊA, H.F. Entre o fetichismo e a exploração: polêmicas sobre o Livro I de O capital. In.: MEDEIROS, J. L.; SÁ BARRETO, E. *Para que leiam O capital*: interpretações sobre o Livro I. São Paulo: Usina Editorial, 2021. 133-166.

COELHO, T. P. Minério-Dependência em Brumadinho e Mariana. *Lutas Sociais (Pucsp)*, v. 22, p. 252-267, 2018.

Dilemas e obstáculos na economia de Brumadinho frente à minério-dependência. *Ciência e cultura*, v. 72, p. 29-33, 2020.

Uma Vila Esquecida: minério-dependência e os efeitos da mineração de ouro na economia de Godofredo Viana. *REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais*, v. 20, 2023.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*: teoria e história. 3ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRANK, A. G. Desenvolvimento e subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, L. *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HARVEY, D. *Limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LEFEBVRE, H. *La producción del espacio*. Barcelona: Capitán Swing, 2013.

MALERBA; J.; WANDERLEY, L.J.; COELHO, T.P. *Territórios livres de mineração*: construindo alternativas ao extrativismo. 1. Ed. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2022.

MARINI, R.; M. O ciclo do capital na economia dependente. In.: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J. LUCE, M. (org.). *Padrão de reprodução do capital*: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-35.

Dialética da dependência. In.: MARINI, R.; TRASPADINI, R.; STÉDILE, J.P. *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

Subdesenvolvimento e revolução. 6ª ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

O Capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In.: FERREIRA, C.; OSÕRIO, J. LUCE, M. (org.). *Padrão de reprodução do capital*: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 37-86.

OSÓRIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In.: FERREIRA, C.; OSORIO, J. LUCE, M. (org.). *Padrão de reprodução do capital*: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012 a. p. 37-86.

PINTO, E.C.; et al. *A Guerra de Todos contra Todos*: A Crise Brasileira. Rio de Janeiro. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Texto para Discussão, 006, p. 1-47, 2017.

SANTOS, M. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SILVA, J. C. M.; IORIO, G. S. A luta por um Território Livre de Mineração na região da Serra do Brigadeiro (MG). In: MALERBA, J.; WANDERLEY, L. J.; COELHO, T. P. (Org.). *Territórios Livres de Mineração* construindo alternativas ao extrativismo. 1ed.Brasília-DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2022, v. , p. 114-200.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Natureza, Capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TROCATE, C.; COELHO, T. P. *Quando vier o silêncio*: o problema mineral brasileiro. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

SWYNGEDOUW, E. Globalisation or 'glocalisation' ? Networks, territories and rescaling. *Cambridge review of International Affairs*, 17:1, p. 25-48, 2004.

TROCATE, C.; COELHO, T.P. *Quando vier o silêncio*: o problema mineral brasileiro. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2020.

TROCATE, C.; ALVES, M. da S. Análise da conjuntura política, econômica e social da mineração no Brasil e os enfrentamentos necessários. In.: ALVES, M. da S. [et al] (org.). Mineração: realidade e resistências. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 17-40.

Notas

[1] "Assim, chamamos de capitais de *alta* composição aqueles que contêm percentualmente mais capital constante, ou seja, menos capital variável que o capital social médio. Inversamente, chamamos de capital de *baixa* composição orgânica aqueles em que o capital constante ocupa um espaço relativamente menor e o capital variável um espaço relativamente maior que no capital social médio. Por último, denominamos capitais de composição média aqueles cuja composição coincide com a do capital social médio. Se o capital social médio está percentualmente composto de 80*c* + 20*v*, um capital de 90*c* + 10*v* estará acima da média social, e um de 70*c* + 30*v* estará abaixo dessa média." (MARX, 2017. p. 198)

[2] "As condições da produção são, ao mesmo tempo, as condições da reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem reconverter continuamente uma parte de seus produtos em meios de produção ou elementos da nova produção. " (MARX, 2013. p. 641).

[3] Refiro-me aqui ao ciclo do capital na forma dinheiro, expresso por Marx como D-M…P…M'-D'; onde: "D" é dinheiro, "M" mercadoria, "…P…" produção; "M'" mercadoria acrescida; "D'" dinheiro acrescido (MARX, 2014).

[4] O caráter descritivo da noção de neoextrativismo é enunciado por Osório (2012b. p. 104).

[5] Para a apreciação mais detida desse processo, ver os trabalhos de Marini (2005; 2017).

[6] "Assim, mantendo-se constantes as demais circunstâncias, a taxa de lucro cai e sobe em sentido inverso ao preço da matéria-prima" (MARX, 2017. p. 136)

[7] O que não implica em pressupor que o móvel do capitalismo dependente seja exclusivamente o mais-valor absoluto, como sugere certa crítica ao trabalho de Marini.

[8] "[…] a teoria do valor é uma teoria sobre como o caráter alienado e estranhado do trabalho no capitalismo e sobre como, nessas condições sociais específicas, os seres humanos (sejam capitalistas ou trabalhadores, ainda que em condições diferenciadas) são subordinados à lógica estranhada de expansão do trabalho. " (BONENTE; CORRÊA, 2021).

[9] Um ótimo mapeamento desses esforços está em Malerba; Wanderley e Coelho (2022). Há também uma série de reportagens sobre a experiência da Serra do Brigadeiro (MG) feitas pelo portal Leia (https://leia.org.br/serra-do-brigadeiro-uma-gigante-inspirando-os-territorios-livres-serie-o-direito-a-dizer-nao-episodio-5/). Ainda sobre a mesma serra, ver Silva e Iorio (2022).

[10] "La tendencia ideológicamente dominante divide el espacio en partes y parcelas de acuerdo con la división social del trabajo. Se representa las fuerzas que ocupan el espacio considerándolo como un receptáculo pasivo. En vez de descubrir las relaciones sociales (incluidas las relaciones de clase) implicadas en los espacios, en vez de concentrar la atención en la producción del espacio y en las relaciones sociales inherentes a esta producción […], caemos en la trampa de tratar el espacio como espacio 'en sí' y como tal. Comenzamos a pensar en términos de espacialidad, deslizándonos por la fetichización del espacio, del mismo modo que antes se cayó en la trampa del intercambio, en la fetichización de la mercancía y de la 'cosa' considerada y aprehendida aisladamente, es decir, como cosa 'en sí'. "

[11] "This monolithic imagination, in turn, flattens the political spectrum and renders the political articulation of alternative positions difficult, if not impossible.".